Cecília Barreira *

Análise Social, vol. XVII (67-68), 1981-3.º-4.º, 827-838

Sindicalismo e integralismo: o jornal «A Revolução» (1922-23)

1. O JORNAL *A REVOLUÇÃO*: UMA PROPOSTA DE LEITURA

O sindicalismo, quando considerado um vector do movimento operário, integra usualmente uma esfera mental e sociológica que poderíamos designar de esquerda (englobando o político e o social), o que nos remete, pela estrutura do discurso teórico, para um imaginário filomarxista. Esta aposta das esquerdas — enquanto interlocutoras privilegiadas junto das classes mais desfavorecidas — numa ideação mais igualitária e humana das sociedades parte de pressupostos que lhes sustentam uma postura filosófica, na insubmissão aos poderes estabelecidos, na rebeldia aos dogmas mais aparentemente inabaláveis.

Se, no início de Novecentos, as esquerdas se auto-atribuíram a missão de subverter a sociedade capitalista, também a direita integral, recuperando o que no discurso sindicalista se proporcionava a uma abordagem eficaz dos trabalhadores, se metamorfoseou em vanguarda na luta contra os «opressores» do proletariado.

A Revolução, dirigida por Sílvio Luso (pseudónimo de Caetano dos Reis), começou a publicar-se a 5 de Fevereiro de 1922, semanalmente, até se eclipsar dos escaparates da imprensa periódica em Agosto do mesmo ano (com excepção de um único número publicado em 1923). Subintitulava-se «Jornal Monárquico-Sindicalista»: é nesta designação que se encontra matéria para algumas reflexões, alguns considerandos prévios à análise que nos cumpre empreender. Aparentemente, monarquia e sindicalismo constituem-se em esferas opostas (quer diacrónica, quer politicamente), apontam para sistemas de actuação *no* poder e *contra* o poder condicionados pelo respectivo *horizonte de classe*, que, em última instância, os legitima. Porém, a proposta de *A Revolução* não é uma aliança espúria desenquadrada de todo um contexto europeu, efervescente palco da virulência fascista, desencadeada em Itália, em Espanha (também em França, na Alemanha, etc.). Zeev Sternhell explica-nos, no seio de *L'Action Française*, os sucessivos moldes em que essa ligação se processou:

> Pour les maurrasiens, la démocratie est antinationale, pour le syndicalisme révolutionnaire elle est antisociale, pour les uns et pour les autres, sa légitimité est nulle, elle est contraire à la nature, elle incarne le mal. Volontairement, maurrasiens et syndicalistes révolutionnaires se mettent hors la loi. Ce qui explique que, dès 1900, commence de sévir

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

dans les milieux de l'Action Française une idéologie «monarchiste-sociale» ou «socialiste-monarchiste»[1].

No entendimento deste historiador, o sindicalismo prestar-se-ia a uma arrumação corporativa orgânica recuperável em função de uma ideologia monárquico-integralista: ao basear-se em interesses concretos e específicos de ordem laboral, o movimento sindicalista (por essência anti-individual, a-individual) resolve-se numa estratificação por profissões, integra organicamente os trabalhadores, *incorpora-os*. Para além do mais, gerados no mesmo terreno de crítica à ordem burguesa, sindicalismo e integralismo eram órbitas marginais ao sistema.

Para multiplicarem o quadro de adesões, os movimentos integralistas penetram paulatinamente no mundo sindical, aceitando-lhe (com reservas, contrariedades, divergências, alguma repulsa) os *slogans*, vangloriando-se das mesmas reivindicações e lutas. Em França, «C'est sur ce slogan d'une même lutte contre les principes du libéralisme et de la société bourgeoise et sur cette vision d'un monde où, au nom de la liberté, sévit 'l'anarchie économique génératrice de la crise ouvrière', que l'Action Française s'évertue à créer le front commum avec le prolétariat. Jusqu'à la veille de la guerre, le mouvement s'appliquera à ménager le syndicalisme. Non seulement parce qu'il y voit un allié objectif dans sa lutte contre la République, mais aussi parce qu'il le considère comme un élément de stabilité auquel il ne faudrait que peu de chose pour en faire un facteur de conservation»[2].

Na conjuntura específica portuguesa do dealbar dos anos 20, a receita monárquico-sindicalista de *A Revolução* soava como uma estratégia diferente e inovadora na trincheira de combate contra a República, goradas que tinham sido as incursões monárquicas couceiristas (1911-12), o sonho sidonista (1917-18) e os episódios de Monsanto e da Traulitânia (1919).

Que leque de colaboradores nos apresenta este novo clarim integralista? A colaboração poética (estritamente reservada a um pequeno espaço na primeira página) era preenchida com poemas de António Sardinha, Alberto de Monsaraz, Luís de Almeida Braga, António Carneiro, António Correia de Oliveira, na linha duma exaltação dos valores pátrios e das figuras de prestígio épico (Viriato, Nun'Álvares, por exemplo).

Os editoriais são assinados por articulistas muito jovens (entre os 20 e os 30 anos): Campos Figueira, Félix Correia[3], Rolão Preto[4] são alguns dos nomes conhecidos.

---

[1] Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire (1885-1914), Les Origines Françaises du Fascisme*, Paris, Seuil, 1978, p. 354. Ver também, do mesmo autor, o capítulo «Fascist ideology», in *Fascism, a Reader's Guide*, Penguin Books, 1976, pp. 325-406.

[2] Id., *ibid.*, pp. 356-357.

[3] Campos Figueira, advogado, pertenceria à direcção do Grémio dos Espectáculos, no regime salazarista. Quanto a Félix Correia (nascido em 1901), entrou para a redacção do diário integralista *A Monarquia* em 1918. Foi redactor do *Diário de Lisboa* e chefe de redacção do *Jornal do Comércio e das Colónias* de 1934 a 1937. Em 1940 assumiu a direcção da revista ilustrada *A Esfera*. Sócio fundador do Sindicato Nacional dos Jornalistas, publicaria *A Jornada de Monsanto* (1919), *A Voz do Trabalho* (1919), *A Última Quimera* (1919), etc.

Ainda uma nota sobre o segundo director de *A Revolução*: Félix Correia foi o primeiro jornalista do *Diário de Lisboa* a entrevistar Hitler, em 1935. Numa reportagem calorosa, refere-se deste modo ao então chanceler do Terceiro Reich:

> Hitler, operário, soldado, chefe revolucionário, presidente do Ministério, dirigente supremo da Alemanha, tem sido sempre o mesmo homem simples e

O editor era José Fernandes Júnior (assinale-se: o mesmo da *Nação Portuguesa*). A direcção sofre uma alteração: a partir do n.º 12, Félix Correia substitui Caetano dos Reis. Luís Pastor de Macedo [5] assume o cargo de director-gerente durante o curto período de 4 números (do n.º 3 ao n.º 7). Afonso José Lucas [6], Manuel Múrias [7] e António Sardinha [8]. assinam artigos doutrinários.

---

enérgico que votou a sua vida aos maiores sacrifícios pela pátria querida, vergada ao peso da derrota, dilacerada pela guerra civil. Começou a sua cruzada com meia dúzia de homens; com esses e com os que se lhe foram juntando, afrontou as injúrias, as violências, os perigos que a tantos dos seus roubaram a vida, nas lutas contra o marxismo; e, como um herói wagneriano de fronte iluminada pelo sol das lendas doiradas, conseguiu reunir à sua volta um povo inteiro, que vê nele o libertador, o protector, o condutor, o pai respeitado e amado. [«A Alemanha sob o nazismo/Uma breve entrevista com o chanceler Hitler», in *Diário de Lisboa*, de 2 de Fevereiro de 1935, p. 7.]

[4] Francisco de Barcelos Rolão Preto (1898-1977): de 1913 a 1914 tirou o curso de Ciências na Universidade de Toulouse. Fez parte da Junta Central do Integralismo Lusitano, com Afonso Lucas, Pequito Rebelo, António Sardinha, Alberto de Monsaraz, etc. Colaborou nos seguintes periódicos: *Alma Portuguesa, A Monarquia, Revolução Nacional, A Revolução, Revolução.* Em 1932 funda o Movimento Nacional-Sindicalista. Desterrado em 1934 para Espanha, teria oportunidade, novamente em Portugal, de pugnar pela candidatura de Quintão Meireles, em 1951, e pela de Humberto Delgado, em 1958.

É autor dos seguintes livros: *Redenção; A Monarquia É a Restauração da Inteligência; Para além do Comunismo; Manual do Sindicalismo Orgânico; Salazar e a Sua Época; Justiça; Revolução Espanhola; Para além da Guerra; Traição Burguesa; Balisas; Nacional Sindicalismo,* etc. Rolão Preto foi um importante colaborador d'*A Revolução.* Em 5 de Março de 1922 (n.º 5) escreve o artigo «A acção social do integralismo»; a 19 de Março (n.º 7) assina «A liquidação bolchevista/Os horrores da agonia russa», onde conclui com a seguinte exortação:

> O nosso aviso aí está. O dilema confirma-se todos os dias de maiores razões: monarquia, ou anarquia. Monarquia, ou morte.

No 1.º de Maio de 1922 (n.º 11) escreve em «O nosso método de combate/Abaixo os partidos! Viva a Nação»:

> A revolução está em marcha! Revolução benéfica, revolução útil, revolução criadora. Violência? Decerto. O que é a nossa história de povo livre e honrado senão uma longa série de gloriosas violências? [...] Vai errado o caminho da Nação. Pela violência ele errou, pela violência ele se reencontrará.

A 8 de Abril de 1923 proclama no artigo «Crónica social»:

> Schaffle concebeu a quinta-essência do socialismo e dela fez um sistema. A quinta-essência do nacionalismo português nós a concebemos: é o integralismo lusitano.

É desconhecida a participação de Rolão Preto n'*A Revolução;* daí o interesse em divulgá-la, enquadrando-a no seu peculiar percurso político.

[5] Luís Pastor de Macedo (n.º 1901): arqueólogo. Foi simpatizante do Movimento Nacional-Sindicalista. Deputado da União Nacional em 1945; presidente substituto da Câmara Municipal de Lisboa. Publicou: *O Terramoto de 1755 na Freguesia da Madalena* (1929); *A Igreja de Santa Maria Madalena de Lisboa* (1930), etc.

[6] Afonso José Lucas (1893-1946): formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra. Colaborou n'*A Monarquia,* n'*A Época,* na *Voz.* Fundou o Movimento do Integralismo Lusitano, juntamente com outros companheiros. Ingressou na magistratura, tendo sido nomeado em 1930 juiz conselheiro do Tribunal de Contas.

[7] Manuel Múrias (1900-60): licenciado em Filologia Românica pela Faculdade de Letras de Lisboa. Foi simpatizante do nacional-sindicalismo, tendo abandonado o movimento de Rolão Preto em 1934. Deputado da Assembleia Nacional, director do Arquivo Histórico Colonial. Foi director da *Nação Portuguesa,* d'*O Ocidente,* do semanário *Acção* e do diário *Revolução Nacional.* A partir de 1943 dirigiu o

O Movimento Integralista, encontrando-se embora empenhado na publicação de *A Revolução*, recruta de entre o seu pessoal mais jovem os quadros dirigentes do periódico. Talvez para insuflar radicalismo e impetuosidade ao teor da colaboração. Talvez para lhe marcar o carácter panfletário que um jornal como *A Monarquia* nunca conseguira granjear.

A fórmula «Monárquico-Sindicalista» é debalde reduzida à sigla «Jornal Monárquico»: auto-reconhecimento da falência do projecto inicialmente concebido? Retorno à base sociológica que lhe forneceria os compradores/leitores?

Que camadas sociais atingiria?

Presume-se que não angariava leitores nos meios sindicalistas. Por isso seria natural a posição crítica, pouco amistosa, d'*A Revolução* perante *A Batalha*, reflectindo uma mentalidade, recusando-lhe uma *vontade* de diálogo, assentando-lhe um horizonte sociológico estrito:

> *A Batalha*, o órgão do bolchevismo indígena, lá porque estava no domingo com a mosca nas respeitáveis orelhas, deu-lhe para embirrar com o nosso director, que ela não conhece, e quis fazer *blague* [9].

Logo no primeiro número se firmam atitudes, opositores, inimigos:

> *A Revolução*, que hoje vê a luz da publicidade, é mais uma trincheira que se cava, um parapeito que se terraplana, uma barricada que se alevanta para o combate sem tréguas à democracia em que a nossa geração anda empenhada [10].

Mais à frente, afirma-se:

> Somos contra a democracia porque ela baseia-se num absurdo — o sufrágio universal. Não podemos admitir que se iguale a mentalidade de

---

Diário da Manhã. Publicou *O Seiscentismo em Portugal, A Política de África de El-Rei D. Sebastião, A Cultura Peninsular no Renascimento, A Restauração e o Império Colonial Português*, etc.

Figura grada do regime salazarista, desvincular-se-ia do integralismo lusitano e do nacional-sindicalismo, para se incorporar, pacificamente, na Ordem Nova. N'*A Revolução* escreve, a 26 de Março de 1922, «A Igreja e a República», de entre outros artigos.

[8] António Sardinha (1888-1925): figura cimeira do Movimento Integralista, arauto mais credenciado do ideário do *Pelicano Real*, as suas obras marcam profundamente a doutrina e os doutrinadores tradicionalistas que se lhe seguiram. Escreve alguns editoriais para *A Revolução*, nomeadamente o artigo intitulado «Na *selva escura*», onde se debruça sobre a questão dinástica (n.º 4, de 26 de Fevereiro de 1922):

> Efectivamente, no princípio que o Senhor D. Duarte Nuno encarna é que existe a razão central da reconquista da Pátria. O Senhor D. Duarte Nuno não é um partido que regressa, condicionado pelas exigências torpes dos esfomeados do Poder, tal como sucederia com o regime deposto em 1910. Chefe natural da Inteligência e do Trabalho pelas leis imprescriptíveis do Sangue, só ao Senhor D. Duarte Nuno é possível, com os elementos sãos da Nacionalidade, intentar essa indispensável revolução que, no fim de tudo, não passa duma *instauração — a instauração da ordem social cristã*.

Compare-se este discurso com o(s) de Rolão Preto: Sardinha enquadra-se muito mais numa linha estrutural de tradicionalismo português; Rolão Preto, pelo contrário, acusa a influência de leituras de Sorel e Le Bon.

[9] *A Revolução*, n.º 1, de 5 de Fevereiro de 1922, p. 1.

[10] Sílvio Luso, «O sentido da revolução», in *A Revolução*, n.º 1, de 5 de Fevereiro de 1922, p. 1.

um galego de esquina com a dum engenheiro, por exemplo, como se faz à boca das urnas.

A leitura deste excerto não nos permite adivinhar as tensões, as contradições que os reclames de abordagem de um público leitor sindicalista suscitava num conjunto de homens de formação conservadora integral. Mas um índice nos poderá deixar penetrar nesse desequilíbrio intrínseco que se pressente (e intui) nos artigos, nos editoriais, nos apelos: n'*A Revolução* coexistiam dois géneros de linguagens, paradoxais, distantes uma da outra. Uma primeira, a mais evidente, destinava-se aos trabalhadores, acusando tiques e reflexos do universo soreliano, radical, apelando à violência, à mudança brusca das instituições (Rolão Preto utiliza-a com frequência); uma segunda, moderada, a mais pacífica, na linha conservadorista do integralismo lusitano (denunciando leituras de Le Play e Maurras preferencialmente).

Antecipando-nos a uma segunda leitura do periódico, extraímos desde já algumas conclusões: não existe uma ideia sindicalista, uma linha condutora de acção e de direcção políticas, do integralismo perante o movimento operário na viragem de 1919-22. Procura-se semear a divisão no seio da CGT, filtrando o que nela transparece de mais vulnerável e periclitante; atacam-se duramente os políticos republicanos e é ainda pela negativa que se dilucida um ideal corporativo de sindicato. A defesa dos interesses patronais, essa, sim, é a preocupação mais notória. Não é de desprezar um dado que a distância temporal nos permitiu assinalar: de Félix Correia a Luís Pastor de Macedo, de Manuel Múrias a Campos Figueira, todos se integrariam na ordem salazarista, ocupando lugares de alguma relevância nas hierarquias do regime (com excepção para Rolão Preto, Alberto de Monsaraz, Luís de Almeida Braga — a primeira geração integralista).

Sensibilizados pelas experiências ditatoriais, miguelistas de têmpera, estes homens receavam o anarco-sindicalismo, a instabilidade, as greves, a forja reivindicativa dos trabalhadores. Contudo, era-lhes útil, momentaneamente, recuperar, para o seu próprio terreno de luta, o descontentamento operário em relação à República.

2. O SINDICALISMO ORGÂNICO

A) TEORIA

Não se poderá compreender o significado do sindicalismo orgânico, tal como se desenvolveu nos anos 20 em Portugal, se lhe extirparmos ou menosprezarmos os pressupostos que lhe fundamentam uma concepção do mundo, uma teoria geral do homem, da sociedade, da história. O integralismo, cuja doutrinação de base se encontra inscrita nas páginas da *Nação Portuguesa* e de *A Monarquia*, é a consolidação, adaptada às *nuances* históricas, às virtualidades de conjuntura, da ideia legitimista que se estruturou após 1834 como reacção à definitiva vitória do liberalismo. Bifurcada em lances antagónicos, a Causa Monárquica assistiu, de 1919 a 1922, não tanto à digladiação entre dois ramos dinásticos, mas ao confronto entre modos estruturalmente distintos de se encarar a governação

da sociedade civil [11]. O integralismo, esse, herdeiro de uma bagagem teórica onde constavam alguns franceses (Le Play, Lemaitre, Maurras, por exemplo), reformula em moldes diversos a actuação no campo sindical, entusiasmado pelos ventos que sopravam de Espanha e de Itália. Le Bon e Sorel adquiriam um peso e uma autoridade junto dos arautos do *Pelicano Real* em detrimento da contra-revolução tradicional. Era a hora das revoluções, proclamava-se...

Mas, questiona-se, onde poderia a causa integralista colher adeptos? Onde semear opiniões favoráveis senão no próprio seio da classe operária (pensava-se), cujo ódio à repressão dos governos republicanos a levava a escutar complacentemente as sereias que exortavam à violência, à ambicionada mudança?

De Itália contabilizavam-se os exemplos duma revolução triunfante. A Revolução Soviética de 1917 desencadeara nas hostes integralistas o pânico, o clamor e o receio dum alargamento a outras esferas europeias da vitória do proletariado. Havia que recuperar a classe operária, neutralizá-la, escudá-la nas suas fileiras.

Um brado de alerta se lança, no primeiro número, aos «Trabalhadores de Portugal»[12]. Em torno do binómio trabalho/nação negava-se o internacionalismo, restringindo a esfera trabalho às fronteiras de cada país; nacionalizava-se a condição laboral, cristalizando-a no tempo e no espaço, desistorizando-a.

A linguagem fornece um índice da agressividade e do espírito que animava os homens d'*A Revolução*. Ao referir-se a República e os seus dirigentes, fala-se em «vaidade», «incompetência», «maldade», «bandolei-

---

[11] Sobre o contencioso existente entre D. Manuel II e o integralismo lusitano (o qual adoptaria o representante legitimista D. Duarte Nuno, descendente em linha directa de D. Miguel, como único e lídimo rei) ver os importantes documentos mandados coligir pela Junta Central do Integralismo Lusitano: *A Questão Dinástica/Documentos para a História* (Lisboa, Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada, 1921). Com efeito, a derrota de Monsanto (Janeiro/Fevereiro de 1919) provocara nos meios integralistas lusos uma atitude de autocrítica e de reflexão sobre a possibilidade de uma sublevação armada para o derrube da República. D. Manuel II era partidário do constitucionalismo monárquico, parlamentar e britânico. O integralismo lusitano discordava radicalmente desse sistema político e pugnava por um regime absolutista-miguelista, de ordem e autoridade, desencorajador da formação de partidos políticos.

A 2 de Setembro de 1920 (p. 49 d'*A Questão Dinástica),* o movimento integralista proclamava:

> Na plena consciência da sua fé nacionalista, exorta[r] todos os bons portugueses a que se unam com lealdade em volta da nova esperança da restauração da Monarquia, na Pessoa de Sua Alteza Real, o Príncipe Senhor Dom Duarte Nuno de Bragança.

A tentativa de reconciliação dos dois ramos da Causa Monárquica em 1922 (conhecida pelo Pacto de Paris) não foi bem recebida pela Junta Central do Integralismo Lusitano. *A Revolução,* fazendo-se eco destas posições, desfere golpes profundos no que considera ser o «constitucionalismo liberal» de D. Manuel II e proclama a *monarquia do trabalho/monarquia sindicalista,* liderada por um rei legitimista. Para um melhor conhecimento deste problema recomendamos a leitura d'*O Integralismo e a República* (vol. III), de Carlos Ferrão (Lisboa, Inquérito, 1964?) Ler também, a propósito, o editorial de Rolão Preto «Monarquia socialista, não! Monarquia sindicalista, monarquia social!», in *A Revolução,* n.º 19, de 2 de Julho de 1922.

[12] A. Campos Figueira, «Trabalhadores de Portugal», in *A Revolução,* n.º 1, de 5 de Fevereiro de 1922, p. 2.

ros», «braços de rapinantes», «aventureiros vazios». O discurso ideológico conduzia inexoravelmente a uma conclusão que, na sua simplicidade teórica, não nos deve impedir de lhe medirmos o alcance: «Acabemos com a política em Portugal.»[13]

A uma visão maniqueísta do mundo (bons e maus, trabalho e política, verdade e falsidade) alia-se a tentativa de *despolitização* da condição humana. Numa sociedade ideal, o trabalho (encarado enquanto entidade mítica, desenraizado do real, promovido a finalidade última do homem) substituir-se-ia à política (encarnando o mal, recobrindo a incompetência, a intrujice). As escolas profissionais, os sindicatos mistos (mistos porque terreno de cimentação da união patrões/operários) soerguer-se-iam no completo atenuamento da conflitualidade capital/salário.

Um problema de base circunscrevia estas polémicas internas a meros voos de discursividade fácil: o Movimento Integralista não cativara as adesões suficientes para perspectivar acções concertadas de luta, ofensivas e eficazes. A leitura atenta d'*A Revolução* revela-a incansável no afã de lançar convites ao operariado para que se filie nos sindicatos integralistas. O semanário partilhava a sua sede com o movimento sindical. Teriam estes sindicatos uma verdadeira implantação junto dos trabalhadores? A resposta encontrámo-la na própria leitura das entrevistas, dos apelos, dos comunicados inscritos: o ódio ciumento que se lançava à CGT era a prova da debilidade (da inexistência) dos sindicatos integralistas.

A captação de apoios na classe operária conduzia à propagação de uma teoria formalmente inovadora: por exemplo, referiam-se os «tribunais operários» — ou o direito de um trabalhador ver pagos os honorários de um advogado que lhe defendesse uma qualquer pretensão ou causa no domínio do trabalho; incentivava-se à melhoria de condições nas oficinas e nas fábricas; expunham-se arrazoados sobre previdência social. Mas, em contrapartida, defendia-se a limitação do direito à greve, principalmente daquelas cujos fins inculcassem uma intencionalidade *política* e, como tal, «perturbadora» da ordem pública.

Reivindicações, sim, mas no quadro de coexistência dos interesses patronais e operários, na obediência a hierarquias consideradas naturais. Aspira-se a um aparato perfeccionista e científico numa sociedade onde se «promova obrigatoriamente a criação dos *cidadãos nacionais*, orgânicos, exclusivamente profissionais e económicos»[14]. O patrão pertenceria a uma categoria superior, a uma esfera *biologicamente* mais apta para o mando. Quando do 1.º de Maio, em editorial, as palavras então proferidas, mais do que trair intenções, tentavam encobrir ressentimentos:

> É dia de gala, sim, dia bem consagrado aos nobres trabalhadores. Mas trabalhadores são também os patrões, os dirigentes técnicos, os próprios capitalistas. É assim o dia de hoje, em que se festeja o trabalho, é dia a todos consagrado.
>
> Festa de paz, de confraternização social, não cabe dentro dela um programa de guerra! [15].

---

[13] A. Campos Figueira, «Trabalhadores de Portugal», *op. cit.*, p. 2.

[14] Id., «Nacionalizemos o sindicalismo», in *A Revolução*, n.º 4, de 26 de Fevereiro de 1922, p. 2.

[15] Id., «A festa do 1.º de Maio», in *A Revolução*, n.º 11, de 1 de Maio de 1922, p. 1.

É sobretudo Rolão Preto quem assume teoricamente a explicitação do sindicalismo orgânico ao filiá-lo na onda de nacionalismo fascizante que proliferava pela Europa. A 2 de Julho de 1922 (datam de Agosto a Novembro os artigos de exaltação do fascismo italiano que publicou n'*A Época*) [16], e a propósito da ruptura que separou indelevelmente monárquicos constitucionais e integralistas, proclama:

> Ditadura do proletariado, nacionalismo integral maurrasiano, fascismo, nacionalismo italiano, são ideias que não fizeram ainda a *retma* [*sic*] mental dos homens do nosso constitucionalismo. E, como não podem refazer a monarquia que estava em 1910, vão tentando fazer aquela que é sua natural sequência, aquela que afinal seria a monarquia que nós teríamos agora se a República não tivesse vindo e as novas gerações estivessem pelos ajustes.
>
> Desenganem-se porém os senhores da Carta, os derradeiros liberalistas da Europa, a monarquia nova não pode ser o liberalismo caduco ou o socialismo condenado. «Monarquia das corporações» e «monarquia dos municípios», ela tem de ser, custe o que custar, hoje ou amanhã, a *monarquia sindicalista*, a *monarquia social* [17].

O sindicalismo orgânico adquiria, assim, uma projecção nova ao angariar aliados internacionais, exemplos externos, para a sua própria prática interna. Em 1923, ainda nas páginas d'*A Revolução*, interrogar-se-ia:

> Quem poderia então vaticinar o triunfo rápido e extraordinário do fascismo? Quem poderia assegurar o incremento irresistível do integralismo francês [...] A nau vai no melhor roteiro. Continuemos pois! [18]

E o rei? Qual o papel do rei no sistema orgânico? Uma frase nos convida ao exercício de algumas considerações: *monarquia sindicalista/rei do trabalho*. O rei só se tornaria legítimo enquanto garante do sistema de corporações e sindicatos propugnado. Já não importava o lídimo representante de um ramo dinástico: era o princípio organizativo/organizador da sociedade que permitiria, na cúpula, um *chefe*, na acepção funcional do termo. Deste modo, o rei transformava-se no pretexto institucional de um regime corporativo, que só por designação seria monárquico. Às corporações incumbiria definir o regime.

---

[16] Esses artigos encontram-se compilados, juntamente com a polémica que suscitaram, num opúsculo publicado pelo próprio Rolão Preto: *O Fascismo/Artigos Ressuscitados de Uma Antiga Polémica* (separata da *Revista Gil Vicente*, vol. XV), Guimarães, 1939. Dizia, nomeadamente, o vigoroso articulista (pp. 21-22):

> O fascismo tem a sua política social, sindicalista, operária, trabalhadora. Não se julgue que este curioso movimento italiano é apenas uma formação de origem *patronal* que quer resolver os problemas operários à *bruta* e sempre no sentido dos interesses dos patrões. O fascismo é sobretudo uma *formação operária* e os esquadrões do seu enorme exército são, na sua totalidade, ou quase, *soldados rasos* da indústria e da lavoura.

Estava-se então em 30 de Outubro de 1922.

[17] Rolão Preto, «Monarquia socialista, não!/Monarquia sindicalista, monarquia social!», in *A Revolução*, n.º 19, de 2 de Julho de 1922, p. 1.

[18] Id., «Crónica social», in *A Revolução*, n.º 22, de 8 de Abril de 1923, p. 2.

A *Cartilha do Operário*, publicada em folhetins n'*A Revolução* e atribuída a Augusto da Costa, apresenta o sindicalismo orgânico na sequência da tradição corporativa medieval:

> Foi a partir do século XII que o operariado, receando o excesso de produção e as suas lógicas consequências, começou a agrupar-se em sindicatos profissionais obrigatórios para todos os artistas do mesmo ofício, opondo assim as indispensáveis restrições à liberdade individual [19].

Aposta-se na perenidade das instituições: *operariado* e *sindicatos* não decorreriam duma fase específica no processo de produção (no quadro de um modo de produção), mas, resistindo aos tempos e às modas com a teimosia da imutabilidade, corresponderiam a uma sociedade superorganizada. Aliás, a ideação integralista veicula a imagem dum todo social imóvel, atemporal, equilibrado intrinsecamente, onde os grupos profissionais se imiscuem na particularidade geográfica, no núcleo familiar, na unicidade de culto e de religião.
O sindicato nunca seria um organismo marginal ao poder, instituído para vigiar os órgãos da governação na sua política laboral. O sindicalismo orgânico era, em si próprio, uma teoria, uma vocação de poder:

> Assim como no município há a representação de todos os sindicatos, comerciais, industriais ou agrícolas, e na junta provincial há a representação de todos esses organismos — assim também na Assembleia Nacional há a representação de todas as federações de sindicatos, juntamente com a representação de todos os organismos sociais.

Note-se, porém:

> Nessas Cortes, todas as classes terão apenas voto consultivo sobre as leis (cuja elaboração pertence aos conselhos técnicos), atendendo à sua incapacidade para legislar, mas atendendo também à sua capacidade para ver se determinada lei lhes interessa ou as prejudica [20].

Na avaliação do funcionamento das estruturas corporativas, tal como as teorizava o sindicalismo orgânico, é importante a restrição *voto consultivo* imposta aos chamados «organismos sociais». O operariado confinava-se a uma função de produtor económico.

B) AS OPOSIÇÕES

O discurso ideológico adquire n'*A Revolução* uma feição que comporta o recurso a um quadro vocabular mais eclétio do que a tradicional rigidez integralista permitiria. Os trabalhadores são tratados por «camaradas»; surpreendem-se entrevistas com filiados na CGT.

---

[19] A *Cartilha do Operário* encontra-se publicada na íntegra pela Tipografia Soares & Guedes, Lisboa, 1919. Custeada por Alberto de Monsaraz, a *Cartilha* fazia-se eco das teorias de Sorel, Valois, Berth, Tour du Pin e Vilfredo Pareto. O excerto citado encontra-se na p. 7.

[20] *Cartilha do Operário*, cit., pp. 30-31.

Qual a imagem que *A Revolução* julga importante transmitir da CGT? Na opinião de um maquinista, Manuel Laranjo de Almeida, a CGT seria «sindicalista revolucionária, renegando qualquer outra fórmula política»[21]. Um «comunista» deixava escrito o seu depoimento:

> *Hoje, é opinião minha, os operários não se batem pela República, como não se baterão amanhã se aos monárquicos lhes apetecesse fazer novo Monsanto. Eles que defendam o regime.* Para nós é-nos indiferente. Não lucramos nem perdemos nada. Pelo contrário, estou até convencido que dentro da Monarquia poderíamos ter conseguido, sem sangue, este pouco que nos tem custado rios dele [22].

Um outro «camarada», Joaquim Cardoso, dizia do partido em que militava (o Partido Comunista):

> Os verdadeiros revolucionários, aqueles que desejam a revolução *o mais breve possível*, estão enfileirados no Partido Comunista.

Ao que *A Revolução* contrapunha:

> Nós defini-lo-emos por uma balbúrdia sem uma directriz política e social, sólida e definida, quase inconsciente, que pretende precipitar o operariado ingénuo e cego num movimento revolucionário, *tão depressa quanto possível*, estabelecendo uma forte ditadura, *soi-disant* operária, fielmente copiada do figurino russo [23].

A tónica assenta numa plataforma comum: não existia uma alternativa para o operariado português. As greves não conduziam senão a soluções provisórias. O Partido Comunista, então recentemente constituído, era uma frente anárquica, desperspectivada, «inconsciente», imitando o modelo russo. Havia mesmo uma aptidão para a indiferença no que respeitava ao regime: aos operários importava pouco a República ou a Monarquia. As soluções revelavam-se claras e simples: o sindicalismo orgânico traria a tão ambicionada ordem às ruas, às fábricas e aos governos; reporia a confiança na classe operária, ignobilmente traída pela República; terminaria com a rivalidade patrão/assalariado, acolhendo-os a ambos no mesmo sindicato orgânico, unindo-os numa bissetriz de acção.

Era esta a proposta.

Maçães, judeus, bolchevistas representavam seitas maléficas, semeando a revolução pelos quatro cantos do mundo, cultivando a heresia e o ateísmo.

Mas a oposição mais profunda de que *A Revolução* se reclamava era ainda a democracia, o regime parlamentar. Tudo o mais se enquadrava num visionarismo maniqueísta, irracional, demiúrgico.

---

[21] «Entrevista com o camarada Manuel Laranjo de Almeida», in *A Revolução*, n.º 5, de 5 de Março de 1922, p. 4.

[22] «Palavras dum comunista», in *A Revolução*, n.º 9, de 2 de Abril de 1922, p. 2.

[23] «Entre camaradas», in *A Revolução*, n.º 3, de 19 de Fevereiro de 1922, p. 3.

3. DO SINDICALISMO ORGÂNICO AO NACIONAL-SINDICALISMO: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

Quando, em 1932-33, *A Revolução*[24], fazendo-se eco das teorias do movimento nacional-sindicalista, promove Rolão Preto a chefe da Revolução Nacional, espécie de *duce* cuja exterioridade vibrante e mussolínica pudesse contrapor-se à frieza apagada e distante de Oliveira Salazar, serviam-lhe de miragem as hostes fascistas que por terras de Itália e da Alemanha impulsionavam multidões, num delírio de fé mística num único homem, de vontade cega num destino transcendente e irreparável.

Uma década antes, como vimos, *A Revolução* surgira a lume, numa conjuntura substancialmente diferente, mas defendendo corolários que apontavam para a proposta nacional-sindicalista. Quem leia os folhetos publicados por Rolão Preto em 1930-32 *(Balisas e Nacional-Sindicalismo)*[25], é com alguma surpresa que verifica a coincidência de afirmações aí proferidas com o que já muito se escrevera quer na *Cartilha do Operário* (1919), quer, no essencial, na obra *A Monarquia é a Restauração da Inteligência* (1920)[26].

---

[24] O jornal *Revolução,* diário, surgiu em Fevereiro de 1932 e a partir de 28 de Maio do mesmo ano passou a ser dirigido por Rolão Preto. Órgão do Movimento Nacional-Sindicalista, o primeiro aniversário da sua publicação foi pretexto para a realização de grandes festejos de homenagem a Rolão Preto (que se contraporia a Salazar, então já primeiro-ministro). A propósito do contencioso existente entre o Movimento Nacional-Sindicalista e Salazar leia-se, de João Medina, *Salazar e os Fascistas/Salazarismo e Nacional-Sindicalismo/A História Dum Conflito/1932-1935*, Lisboa, Bertrand, 1979. Numa nota (p. 35) diz João Medina:

> A Censura, institucionalizada por lei de 1933, suspendeu o jornal por uma semana, a partir de 3 de Março de 1933, decisão mandada aplicar, e aliás inserta no jornal, pelo major Salvação Barreto.

[25] *Balisas/Manual do Sindicalismo Orgânico* (Editora das Oficinas Gráficas, Lisboa, 1930) é um folheto da autoria de Rolão Preto. Contém uma «Orgânica do Estado integral», na base de doze princípios fundamentais (pp. 29-32):

> I. Negamos que a organização social possa ter por base o indivíduo.
> II. Negamos a dissociação dos elementos de Produção Nacional, isto é, negamos a existência isolada das *classes,* artifício que põe em litígio os componentes necessários dum mesmo todo.
> [...]
> VIII. Afirmamos que a produção é o conjunto orgânico das suas três partes essenciais: capital, dirigentes e operários.
> IX. Afirmamos que o *grupo económico* (sindicato, corporações, ofícios, etc.) é a base da produção.
> X. Proclamamos o Estado chefe da produção nacional e a obrigatoriedade de trabalhos que neste momento assiste a todos os portugueses.
> [...]

O folheto *Nacional Sindicalismo* (Oficinas Gráficas, Tipografia André Valente, Lisboa, 1932), tal como o anterior, é construído na base de perguntas/respostas de aspecto didáctico.

Por exemplo, à questão «Que é o nacional-sindicalismo» responde-se (p. 3):

> É um movimento nacional dos trabalhadores portugueses destinado à conquista e à organização do Estado pelo sindicalismo.

[26] Rolão Preto, na obra *A Monarquia É a Restauração da Inteligência* (Lisboa, Tipografia Soares & Guedes, 1920), já introduz os «Doze princípios da produção» que integrariam a «Orgânica do Estado integral» dos anos 30. Confrontem-se ambas as obras *(A Monarquia É a Restauração [...]* e *Balisas [...]):* verificar-se-ão os mesmos princípios enunciados, a permanência da estrutura ideológica essencial.

Para uma compreensão mais profunda deste intricado teórico (que se dilucida numa linha de permanência ideológica) leia-se, nas próprias palavras de Rolão Preto, o que — de 1920 para 1932 — se altera nas traves mestras, na substância doutrinária: os «doze princípios da produção», integrados numa «Orgânica do Estado integral» [27], são transpostos em bloco de uma década para outra. Uma única diferença se esboça: com a palavra *rei* (ainda vigente em 1922) alterna o vocábulo *Estado*, em 1932. Laicizara-se a função de liderança da sociedade civil. Retirara-se-lhe o cunho dinástico, para lhe enaltecer o substracto programático cumprido por um *chefe* funcional.

Uma conclusão nos cumpre retirar da breve análise que tecemos nestas notas: do *sindicalismo orgânico* ao *nacional-sindicalismo* não existe uma ruptura, a alteração dum substracto semântico ou qualitativo de um ideário e de um corpo de doutrina. Existe uma continuidade (sem que essa *continuidade* implique completa *identidade*), patente quer na leitura dos principais manuais teóricos, quer nas páginas dos periódicos de vanguarda dos respectivos movimentos: *A Revolução* (1922-23) e *Revolução* (1932-33). Poderá o leitor atento ressalvar que n'*A Revolução* eram manifestas as diferenças, a falta de homogeneidade na tónica dos artigos; que *A Revolução* se apresenta à opinião pública como um movimento muito mais organizado (e preparado) para tomar o poder na confluência de esforço doutrinário, na designação, una e sem subterfúgios, do chefe (Rolão Preto). Essa ressalva é aceite pela autora destas linhas: os anos 20, para além de assistirem a uma conjuntura interna radicalmente diferente dos anos 30, coincidiram com um período de indecisões, turbações, desânimos no seio do Movimento Integralista, o qual, rompendo com D. Manuel II, não tinha uma segurança absoluta na capacidade dirigente do ramo dinástico alternativo. A morte de D. Manuel II, em 1932, legitimou, na então dividida Causa Monárquica, atitudes várias, desconcertadas. O nacional-sindicalismo, contudo, já se desligara da ideia monárquica quando Rolão Preto publicou *Balisas* [...] É que (e aí sindicalismo orgânico e nacional-sindicalismo coincidem mais do que divergem) não era a ideia de *rei* (a fórmula monárquica) que os preocupava: era a ideia de *direcção política*, de *concepção governativa*, de *visão do mundo*, das coisas, dos seres, das hierarquias.

Rolão Preto é ainda o ideólogo que, dos anos 20 aos anos 30, se mantém coerente e impregna de virtual coerência as ideias que abraça.

[27] *Balisas [...]*, pp. 29-32; também *Nacional-Sindicalismo*, pp. 30-32. Cf. *A Monarquia É a Restauração da Inteligência*, cit., pp. 139-141.